



Informamos que a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados analisou o Anteprojeto de Proposta de Lei de Bases do Clima, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD – Partido Social Democrata, tendo a referir o seguinte:

1. Dispõe o artigo 3º, alínea a) do Estatuto da Ordem dos Advogados que constituem atribuições da Ordem dos Advogados, *“defender o Estado de Direito e os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e colaborar na administração da justiça”*.

Ora, a Constituição da República Portuguesa qualifica o direito ao ambiente e à qualidade de vida como um direito fundamental dos cidadãos.

Os advogados são os defensores na primeira linha dos direitos dos cidadãos.

Tendo em conta o estado de emergência climática que vivemos e os graves atentados ambientais que são frequentemente praticados em Portugal, a Ordem dos Advogados dedica uma atenção especial a esta importante e vital temática e está pronta a intervir sempre que se justifique em defesa deste direito fundamental dos cidadãos, que é o direito ao ambiente e à qualidade de vida.

2. Consideramos também que, como é mencionado na Exposição de Motivos deste Anteprojeto de Proposta de Lei de Bases do Clima, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD – Partido Social Democrata, *“a política climática é, nas suas diferentes e múltiplas vertentes, um instrumento indispensável ao desenvolvimento de uma economia sustentável, à preservação da natureza, à construção de uma sociedade mais justa e, ainda, ao aumento da qualidade de vida dos cidadãos”*, e que *“Portugal é um dos países da UE que será mais afetado pelos efeitos das alterações climáticas, com impactos, designadamente, na erosão costeira, no risco da subida do nível das águas do mar,*



*na desertificação e nos incêndios florestais, importando que se implementem políticas públicas eficazes e transversais, destinadas a fazer face a estas ameaças”.*

3. O Anteprojeto de Proposta de Lei de Bases do Clima, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD – Partido Social Democrata parece-nos consistente, rigoroso e bem elaborado nos seus fundamentos e objetivos, bem como do ponto de vista jurídico e ainda na perspetiva da ciência climática.
4. Pelas razões acima expostas, entendemos não ter reparos, nem outras sugestões de relevo a fazer ao Anteprojeto de Proposta de Lei de Bases do Clima, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD – Partido Social Democrata.

Lisboa, 30 de Novembro de 2020

José Trincão Marques

Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados